

O CRESCIMENTO ECONÔMICO AGRÍCOLA DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL – 1995/2005

The economic growth of agricultural activities in the states in the southeastern region of Brazil – 1995/2005

RESUMO

Neste artigo analisam-se o crescimento econômico agrícola e o perfil da área rural dos estados da região sudeste do Brasil, entre 1995 e 2005. Para tal, foram utilizados indicadores referentes ao setor agropecuário desses estados. O estudo denota que o processo de crescimento econômico agrícola da região foi dinâmico nos estados de São Paulo e Minas Gerais, além de estar centrado em produtos de exportação, principalmente cana-de-açúcar, soja e milho. Já nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, houve decréscimo do PIB agropecuário. A pauta de exportações apresentou significativas alterações a partir da década de 1990, uma vez que a exportação de produtos básicos perdeu importância, sendo substituída pela produção manufatureira, reafirmando a posição dessa região como centro econômico do país. O processo de agroindustrialização tem como característica o uso de tecnologias de capital mais intenso, principalmente no setor sucroalcooleiro, que vem descortinando novos horizontes na área dos bioprodutos e biocombustíveis.

Clarisse Pereira Junqueira
Administradora Financeira do Fazenda Nova do Iguazu
clarissa@innet.com.br

Shirla Patricia Weber Sterchile
Assistente Social, mestranda no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná
shirlaweber@hotmail.com

Jandir Ferrera de Lima
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Professor do Colegiado de Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
jandir@unioeste.br

Recebido em 18.10.07. Aprovado em 18.9.09
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Cristina Lelis Leal Calegario

ABSTRACT

This article analyzes the economic growth of agricultural activities and the profile of the agricultural area of the states in the southeastern region of Brazil, between 1995 and 2005. Pointers referring to the farming sector of the region's states were used. The study shows that the process of economic growth in the region was dynamic in the states of São Paulo and Minas Gerais and was centered on exportation products, mainly sugar cane, soy and maize. In the states of Rio de Janeiro and Espírito Santo, however, there was a decrease of the farming GIP. The region's exportation guideline presented significant alterations from the decade of 1990, a period in which the exportation of basic products lost importance and was replaced by the manufacturing, a process which reaffirmed the region's position as the economic center of the country. The regional process of agroindustrialização is characterized by the more intense use of capital technologies, mainly in the sugar cane sector, which has revealed new opportunities in the area of bioproducts and biofuel.

Palavras-chave: economia agrária, desenvolvimento rural, política agrícola

Key words: agrarian economy, rural development, agricultural policy.

1 INTRODUÇÃO

Objetivou-se, neste artigo, analisar o crescimento econômico agrícola e o perfil da área rural dos estados da região Sudeste do Brasil, no período compreendido entre os anos de 1995 e 2005. Essa periodização torna-se importante para a compreensão das políticas implementadas pelos estados para o desenvolvimento da agropecuária no Brasil. Conforme Zylbersztajn & Neves (2000), desde meados dos anos 1980, a abertura comercial e a consolidação dos blocos econômicos trouxeram a realidade da globalização para dentro da economia brasileira transformando significativamente os padrões produtivos do país.

Além disso, a concorrência global e novos padrões de consumo vêm impactando fortemente os setores agropecuário e agroindustrial brasileiro. Isso tem provocado novas estratégias de conduta por parte do setor agropecuário nacional, principalmente em termos da identificação de novas oportunidades de mercado. Desse modo, conforme Cunha et al. (2002), denota-se um aumento do nível de competitividade e diversificação de investimentos como estratégia de adaptação à nova dinâmica.

Considerando tal contexto, torna-se relevante analisar indicadores referentes à produção agropecuária, visando identificar o perfil da área rural dos estados do Sudeste do Brasil após a abertura econômica do país e a adoção de uma política agrícola diferenciada aplicada ao setor no período. A região Sudeste do Brasil é constituída por São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, e o Produto Interno Bruto – PIB dessa região totaliza o maior valor em relação às demais regiões do país. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a região Sudeste alcançou, em 2004, um PIB no valor de R\$658.970.474,64. Visando a comparação, observa-se que o segundo maior PIB foi da região Sul perfazendo o valor de R\$218.574.181,43.

Diante disso torna-se possível a análise do crescimento econômico agrícola dos estados da região Sudeste. Deve-se ressaltar que o crescimento econômico é a expansão do produto da economia ao

longo do tempo. No caso do crescimento econômico da agropecuária, para Sperotto & Souza (2005) isso implica no estudo da evolução do Produto Interno Bruto – PIB do setor primário, além da expansão da produção das suas principais *commodities* ao longo do tempo. Para tanto, apresenta-se inicialmente a contextualização do Brasil em relação à política agrícola e a interferência dessa na região Sudeste. Em seguida, analisam-se as especificidades da produção agrícola da região e a relação com os demais setores produtivos da economia. Finalizando, faz-se uma breve referência às tendências da produção agrícola do Sudeste.

2 A POLÍTICA AGRÍCOLA DO GOVERNO FEDERAL E A REGIÃO SUDESTE

O modelo de modernização agrícola estimulado pelo Estado brasileiro a partir de meados da década de 1960, baseou-se no uso de força mecânica combinada a insumos químicos e biológicos, com o objetivo de aumentar a produtividade dos fatores de produção. Esse processo foi geograficamente generalizado, mas bastante significativo nas regiões Sul e Sudeste, consideradas “regiões desenvolvidas” (MONTROYA & PARRÉ, 2000).

A modernização da agricultura brasileira teve seu período de maior crescimento e intensificação com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. No entanto, já nos anos 1970, esse sistema apresentava sérios problemas de operacionalização, com enormes desequilíbrios entre as fontes de captação de recursos e as demandas colocadas pelos interessados. Segundo Goldin & Rezende (1993), nesse período houve concentração de crédito privilegiando uma minoria de produtores, considerando que o crédito foi distribuído desigualmente em favor das culturas de exportação, impactando negativamente na distribuição de renda rural no Brasil.

Ferrera de Lima et al. (2005) ressaltam que o paradigma que envolve o processo de modernização da agricultura brasileira define o seu desenvolvimento rural através das renovações tecnológicas, substituindo técnicas tradicionais por técnicas modernas; do processo

de comercialização agrícola, caracterizando uma agricultura comercial e o assalariamento; do processo agroindustrialização e a urbanização. Para avançar na modernização ocorreram intervenções nas áreas rurais. Essas intervenções, tanto estatais como privadas, foram organizadas através da disseminação de novas técnicas de produção, da difusão de uma nova infraestrutura (química e mecânica) e da liberalização do crédito. Tanto, que na década de 1980, conforme Belik & Paulillo (2001), o crédito oficial para o custeio da produção reduziu-se a um patamar cinco vezes inferior ao que se havia consolidado no período anterior. Isso fez com que os agentes organizados em torno dos encadeamentos produtivos agropecuários constituíssem e consolidassem linhas de financiamento paralelas para o apoio de suas atividades.

Ainda na década de 1980 presencia-se o início do processo de abertura econômica e assim, a globalização dos mercados. Tal processo consolida-se na década de 1990 acompanhado da estabilização monetária do país alcançada a partir da efetivação do Plano Real. Esse completa um ano em 1995, quando assume a presidência do Brasil o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Real alcança seu objetivo de combater o forte processo inflacionário que debilitava a economia brasileira desde o final dos anos 1980. Graças ao período de estabilidade que se instala com o Plano Real, a economia brasileira volta a crescer rapidamente. Tal situação é aferida pelo aumento do valor do Produto Interno Bruto (PIB)¹ brasileiro que entre 1994 – ano de implantação do Plano Real – e 2004 aumentou, aproximadamente, 21%.

No setor agropecuário, efetiva-se nos anos 1990 grande dificuldade de acesso ao crédito devido, principalmente, a sua debilidade estrutural, subordinação econômica e à interferência externa de setores industriais e financeiros não-agrícolas. Surgem configurações de novas rotinas às quais o setor agropecuário se submete, como o lançamento de sistemas de integração agroindustrial, e novas formas de captação de recursos financeiros. Segundo Belik &

Paulillo (2001), a redução da participação política dos grupos/associações de produtores torna-se a principal característica desses encadeamentos agroindustriais mais organizados. As rotinas se estabelecem em esferas de decisão distante do setor agrário. Esses reflexos são fortemente sentidos pelo setor agropecuário da região Sudeste, uma vez que esse está inserido, em sua maioria, nos processos modernos de produção. O subsistema do café do cerrado mineiro, para os autores, é o melhor exemplo, já que a implantação de um novo instrumento para financiamento da produção deve-se à gestão empreendida pelo Conselho das Associações do Café do Cerrado (CACCR) com o Banco do Brasil e as autoridades governamentais. Por meio da Cédula de Produto Rural (CPR), o produtor vende o café a futuro, recebendo à vista e entregando o produto no final da safra. A utilização da CPR vem aumentando no cômputo total do café comercializado, conforme Tabela 1.

TABELA 1 – QUANTIDADE DE SACAS DE CAFÉ COMERCIALIZADAS VIA CPR – CÉDULA DE PRODUTO RURAL NO BRASIL (1995-1997)

Ano	Quantidade de sacas de café comercializadas via CPR
1995	7,1 mil sacas de café
1996	69,5 mil sacas de café
1997	198,3 mil sacas de café

Fonte: Belik & Paulillo (2001).

Mesmo com a crescente utilização de CPRs, o que significa o aumento da participação do setor cafeeiro em novas formas de financiamento, não se pode qualificá-lo como organizado em torno de seus interesses gerais. Pelo contrário, o que se verifica são subsistemas organizados do setor cafeeiro com boa articulação de interesse em seu interior, no qual atores coletivos regionalizados participam com formas de governança privada. Nesses subsistemas é que os atores logram novas formas de financiamento privado e avançam nos

¹ Fonte: IBGE.(2007)

movimentos de interação entre produção agropecuária moderna e industrialização.

Segundo Belik & Paulillo (2001), os segmentos privados ocupam cada vez mais espaço no financiamento do custeio da agropecuária nacional, desvinculado de qualquer apoio do Estado. Nesse novo sistema de financiamento, o objetivo é o do atendimento à agricultura moderna e eficiente muito presente na região Sudeste, isto é, para aquelas culturas que apresentam algum tipo de integração com um encadeamento agroindustrial, ou estão inseridas nos corredores de exportação para Paranaguá, Rio Grande, Santos, Vitória e Itaquí. Considera-se ainda que o privilégio dos setores mais eficientes tem efeitos mais significativos na agricultura, pois envolve não só variáveis econômicas, mas sociais e culturais (STULP et al., 1992).

No que diz respeito ao crédito de investimento agropecuário em máquinas, equipamentos, instalações, também se observa uma substituição dos recursos tradicionais do crédito rural. Esse é o caso dos financiamentos do BNDES através do Finame para máquinas e tratores, e para agroindústria através de linhas de crédito regulares.

De modo geral, a Tabela 2 indica um decréscimo da participação dos financiamentos do BNDES destinados à agroindústria e agricultura em relação ao percentual total liberado no período. Esse valor, que era de 16% em 1991, aumentou para 28% em 1994, e voltou a diminuir para 15% em 1999. Em particular, a

agropecuária teve o volume de crédito multiplicado por quatro de 1991 a 1999, apresentando uma utilização dessa fonte de crédito com tendência decrescente.

A criação de bancos dos fabricantes de máquinas agrícolas, como fonte de crédito de investimento alternativo para o setor, é um bom exemplo para explicar esse decréscimo, uma vez que o desembolso de recursos do Finame Agrícola do BNDES vem se concentrando cada vez mais nos Bancos New Holland e John Deere. Nessas operações os bancos de varejo também vêm tendo uma participação crescente, já que algumas empresas de máquinas agrícolas optaram pelos convênios de financiamento e a partilha dos riscos do negócio com esses agentes financeiros.

Visando atender à agricultura familiar, o governo federal implanta em 1996, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), baseado na classificação dos produtores em diferentes categorias econômicas e na implementação de políticas específicas de acesso ao crédito para cada categoria. Conforme Bianchini (2005), o Pronaf classificou os produtores da seguinte forma:

- Grupo A: formado por agricultores familiares beneficiários dos Programas de Reforma Agrária e Crédito Fundiário. Por serem agricultores que precisam de forte apoio, são os que podem receber maior volume de recursos para investimento, menor taxa de juros (1,15% a.a.), e 46% de desconto para o pagamento do

TABELA 2 – BRASIL: INVESTIMENTOS FINANCIADOS PARA A AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA VIA BNDES EM 2000 (EM MILHÕES DE R\$ AJUSTADOS PARA 31/12/99)

Ano	Agropecuária	Alimentos	Bebidas	Fumo	Total	% sobre o total liberado
1991	413	348	70	79	910	16
1994	1.596	542	242	-	2.380	28
1995	1.072	733	51	51	2.573	24
1996	980	593	2	2	2.147	16
1997	1.723	819	3	3	3.441	15
1998	1.616	812	6	6	3.040	13
1999	1.343	1.287	3	3	2.951	15

Fonte: Belik & Paulillo (2001)

- financiamento dentro do prazo de vencimento do contrato;
- Grupo B: formado por agricultores familiares que se encontram abaixo da linha de pobreza, que podem acessar linhas de crédito com taxa de juros de 1% a.a., e com 25% de desconto para o pagamento do financiamento dentro do prazo de vencimento do contrato;
 - Grupo C: agricultores familiares em processo de capitalização, que podem acessar linhas de crédito com taxa de juros de 3% para investimentos e 4% a.a. para o custeio da atividade agrícola, com desconto de R\$700,00 e R\$200,00 respectivamente para o pagamento do financiamento dentro do prazo de vencimento do contrato;
 - Grupo D: agricultores familiares mais capitalizados, que têm acesso a maiores volumes de recursos para custeio e investimento com taxa de juros de 3% para investimentos e 4% a.a. para o custeio da atividade agrícola.

E para fortalecer o setor agrícola não familiar, ou seja, o setor agrícola patronal que utiliza a contratação de mão de obra, o governo estabeleceu um patamar máximo de juros de 8,75% a.a. (passando em 2007 para 6,75% a.a.) para os financiamentos de custeio da atividade agrícola.

Em 2002 assume a presidência do país Luiz Inácio Lula da Silva, com uma plataforma política de

caráter social, amplia ainda mais as políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor, através da destinação de maiores volumes de recursos ao Pronaf.

Assim, recursos a taxas de juros favorecidas têm sido direcionados apenas à agricultura familiar, através de programas especiais, como o Pronaf, amparando o setor agrícola de base familiar de mecanismos de proteção social e sustentação. Todavia, os impactos dessa política para a região Sudeste têm revelado critérios de seletividade na utilização dos instrumentos de financiamento. De acordo com Mattei (2005), o Pronaf ainda não tem conseguido universalizar o acesso ao crédito à maioria dos produtos familiares, uma vez que a região Sul, desde a implementação do Pronaf até hoje, concentra o maior número de contratos de crédito.

A Tabela 3 indica uma concentração dos recursos do Pronaf na região Sul do país (55%). A região Sudeste ficou com 15,3% do volume de crédito destinado à produção familiar. Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR) aponta o fato de que os produtores pesquisados se utilizam cada vez menos dos mecanismos de crédito rural proporcionado pelo governo. Segundo Belik & Paulillo (2001), em uma amostra de 2.050 empresas agrícolas (pequenas, médias e grandes) pesquisados para a safra 98/99, constatou-se que apenas 33% dos produtores fizeram uso de crédito oficial (na safra de 91/92 eram 37%). E que 84% dos produtores entrevistados utilizaram recursos próprios (na safra de 91/92 eram 80%), 13% dos produtores fez troca de produtos por insumos – escambo;

TABELA 3 – AGRICULTURA FAMILIAR: PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, PARTICIPAÇÃO DA ÁREA E PARTICIPAÇÃO NO ACESSO A FINANCIAMENTOS AGRÍCOLAS NO BRASIL - 2000.

REGIÃO	% do N° de Estabelecimentos	% de Área	% de Acesso ao Financiamento
Nordeste	49,7	31,6	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	10,0
Norte	9,2	20,3	5,4
Sudeste	15,3	17,4	15,3
Sul	21,9	18,0	55,0
BRASIL	100,0	100,0	100,0

Fonte: FAO/INCRA, citado por Bianchini (2005).

10% dos produtores tiveram como fonte de recursos as CPRs, e 8% obtiveram crédito diretamente com as empresas revendedoras de insumos. Segundo os autores, esses dados demonstram que o crédito rural oficial e as fontes de financiamento foram perdendo espaço para outros mecanismos de crédito. A paulatina perda de regulação setorial imposta pelo esvaziamento da política oficial de crédito rural, pela abertura comercial e pela globalização das operações financeiras levou à busca de circuitos privados de financiamento. Observa-se com isso a formação de campos organizacionais construídos sobre bases de controle financeiro estabelecido fora da atividade agrícola.

3 O PERFIL AGRÍCOLA DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL ENTRE 1995-2005

Segundo Freitas et al. (2007), os desequilíbrios regionais advindos do processo de acumulação capitalista, resultam, em parte, do movimento do capital. Esse se aloca em algumas regiões tentando aproveitar-se de algumas variáveis que são fundamentais para a geração de economias de escala. Tal condição imposta pelo próprio sistema aliado à proposta de globalização dos mercados interfere em todos os setores da economia, principalmente no setor agrícola. Torna-se relevante analisar tais impactos

na região Sudeste do Brasil. Para tanto, apresentam-se os números do PIB e do PIB Agropecuário nessa região, e de cada Estado que a constitui.

Todos os Estados apresentaram crescimento no valor do PIB Total quando comparados os anos de 1995 e 2004 (Tabela 4). Entretanto, o PIB Agropecuário dos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro apresentaram decréscimo, indicando que o acréscimo do PIB Total adveio de outros setores da economia, que não o setor agropecuário.

Já os estados de São Paulo e Minas Gerais, apresentaram crescimento tanto no PIB Total quanto no PIB Agropecuário. No estado de São Paulo, além do crescimento desse índice, o mesmo teve uma contribuição maior na formação do PIB Total, passando de 4,9% em 1995 para 6,1% em 2004. O estado de Minas Gerais também apresentou crescimento no PIB Total e Agropecuário, no entanto houve decréscimo desse último na formação do PIB Total de 9,3% em 1995 para 8,2% em 2004.

A Tabela 5 ilustra o grau de importância da economia dos quatro Estados no total da economia da região Sudeste. Observa-se que entre os estados, São Paulo obteve o maior PIB no ano de 2004, perfazendo 56% do total da Região. O estado do Rio de Janeiro segue com 23% do PIB regional. Observa-se que

TABELA 4 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) AGROPECUÁRIO DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL (em R\$1.000,00) – EM 1995 E 2004.

ESTADOS	1995		2004	
	TOTAL	AGROPEC.	TOTAL	AGROPEC.
Espírito Santo	19.625.045,22	1.467.315,21	23.423.487,16	998.969,39
Minas Gerais	96.113.564,57	8.961.623,91	113.142.063,52	9.303.199,48
Rio de Janeiro	113.576.667,51	1.087.912,74	151.160.629,14	815.653,92
São Paulo	349.826.507,78	16.986.324,28	371.244.294,82	22.788.479,91

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA(2007)

TABELA 5 – ÁREA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO TOTAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL – 2004.

Área/PIB	Minas Gerais	São Paulo	Rio de Janeiro	Espírito Santo
Área	586.528.293 km ²	248.209.426 km ²	43.696.054 km ²	46.077.519 km ²
Participação% PIB	17%	56%	23%	4%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Minas Gerais, estado com a maior área da região, é o terceiro estado em importância econômica, e que o Rio de Janeiro, com a menor área, é o segundo estado em importância econômica.

Percebe-se que houve crescimento da população urbana na região Sudeste e diminuição da população rural em todos os Estados no período de 1996 a 2004. Os principais indicadores de tal fenômeno podem ser explicados pelos processos de migração das populações rurais para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho, e pela diminuição dos postos de trabalho gerados pelos processos de produção agrícola modernos.

A redução da população rural indica que os processos modernos de produção agrícola não proporcionaram, no período, condições para ocupar toda a população rural ali existente. Além do mais, tais processos utilizam modernos insumos e mecanização agrícola, exigindo um menor número de empregados, e estabelecendo um novo padrão para o mercado de trabalho rural. Segundo Bacha (2002), esse novo padrão é marcado pela utilização de um maior número de trabalhadores permanentes, pela redução do uso de trabalhadores temporários, e pela utilização de mão de obra mais treinada e capacitada.

Analisando a economia agrícola sob a teoria da base exportadora, explicita-se que as exportações da Região Sudeste representaram, em 1995, 58,3% do total brasileiro. As regiões Sudeste e Sul lideram as exportações de produtos básicos (café, fumo, grãos, carnes, etc), semimanufaturados (couros e peles, óleo, etc), e manufaturados (suco de laranja, café solúvel, etc). Internamente, a pauta de exportações da região apresentou alterações, sendo que os produtos básicos perderam uma parcela importante das exportações da região a partir da década de 1990, de onde se pode concluir que a expansão das exportações brasileiras foi acompanhada por um movimento de reafirmação da região Sudeste como centro econômico do país, especialmente no que se refere à produção manufatureira, notadamente nos estados de São Paulo e Minas Gerais. A região Sudeste possui grande mercado consumidor

para os produtos do agronegócio. Além disso, é a região brasileira que menos exporta produtos agropecuários e agroindustriais relativamente ao total da produção desses setores. Além disso, segundo Montoya & Parré (2000), a região é um importante mercado consumidor para a produção do agronegócio das demais regiões do Brasil.

Os quatro estados da região Sudeste são importantes produtores de matérias-primas agrícolas (Tabelas 7 e 8).

A Tabela 7 ilustra a importância econômica do estado de São Paulo sobre os demais estados da Região na produção de lavouras temporárias. Observa-se que a produção de cana-de-açúcar traz importante receita para todos os estados da região, mas é especialmente significativa para o estado de São Paulo. A cana-de-açúcar é o item mais expressivo da produção agrícola do estado do Rio de Janeiro, mantendo-se como principal produto agrícola em 2005. Os estados de São Paulo e Minas Gerais destacam-se ainda na produção de grãos (milho, soja e feijão). A ocupação da região Sul do estado de Minas Gerais é antiga, e por estar próxima às três capitais do Sudeste teve seu desenvolvimento econômico vinculado a elas. A mudança do setor agropecuário forçou a estrutura tradicional de produção de subsistência daquela região acostumada a utilizar o trabalho braçal, a ceder lugar à agricultura moderna (PIACENTI et al., 2006).

Nas lavouras permanentes, o estado de São Paulo destaca-se na produção de laranja, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo na produção de café, e o estado do Rio de Janeiro na produção de banana. O estado do Rio de Janeiro é um dos mais industrializados do país. Beneficiou-se, por séculos, por abrigar a capital federal. A cidade do Rio de Janeiro é a cidade brasileira mais conhecida no exterior, sendo, portanto, o setor terciário ligado ao turismo de grande importância econômica para o estado.

Os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Paraná são os maiores produtores de café do Brasil; o Espírito Santo é o maior produtor de café tipo *conillon*, e Minas Gerais de café tipo arábica.

Em Minas Gerais, a cafeicultura tem importância destacada, principalmente depois da década de 1970, quando intempéries climáticas prejudicaram as lavouras do Paraná e de São Paulo, direcionando ainda mais a produção de café para esse estado. Segundo dados do IBGE, compilados por Rugani & Silveira (2006), Minas Gerais é responsável por 60,9% de todo o café produzido

no Sudeste do país; além disso, o estado responde por 49,8% de toda a produção nacional da *commodity*, caracterizando a liderança nacional da produção do grão. As exportações da *commodity*, sozinhas, corresponderam a 6,7% da balança de exportações do país em 2005, o que representou um aumento em relação a 2004 de 5,26% e, em relação a 2003, de 5,04%.

TABELA 6 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL- 1996 E 2004

Estados	Minas Gerais		São Paulo		Rio de Janeiro		Espírito Santo	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1996	13.073.852	3.598.761	31.767.618	2.351.492	12.806.488	599.820	2.176.006	626.701
2004	16.165.975	2.872.718	37.727.660	2.211.535	14.764.932	471.973	2.758.178	604.248

Fonte: IBGE (2007)

TABELA 7 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL (VALORES EM R\$1.000,00) - 2005

Produtos Agrícolas	Estados			
	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
Abacaxi	31.269	130.227	39.846	45.001
Algodão herbáceo (em caroço)	-	142.488	-	199.070
Alho	1.842	73.367	-	5.244
Amendoim (em casca)	-	16.772	-	191.032
Arroz (em casca)	7.278	123.287	4.137	44.191
Batata-doce	1.178	6.830	6.798	13.748
Batata-inglesa	5.626	627.465	356	511.860
Cana-de-açúcar	139.644	768.326	178.215	7.456.140
Cebola	2.855	28.788	-	87.821
Ervilha (em grão)	-	1.931	-	-
Fava (em grão)	-	591	-	-
Feijão (em grão)	29.251	691.433	8.913	316.855
Fumo (em folha)	-	-	-	889
Mamona (baga)	-	3.833	-	2.135
Mandioca	22.165	358.078	50.353	188.742
Melancia	-	16.238	440	61.407
Melão	-	-	210	829
Milho (em grão)	48.594	1.797.698	10.037	1.108.531
Soja (em grão)	-	1.351.830	-	798.297
Sorgo granífero (em grão)	-	40.952	-	41.052
Tomate	95.921	349.208	146.158	371.765
Trigo (em grão)	-	27.940	-	47.646
Triticale (em grão)	-	-	-	19.831

Fonte: IBGE (2007).

TABELA 8 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DAS LAVOURAS PERMANENTES
DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE (VALORES EM R\$1.000,00) - 2005

Produtos Agrícolas	Estados			
	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
Abacate	964	24.395	458	35.342
Banana	59.385	239.095	71.988	338.491
Borracha (látex coagulado)	13.532	7.223	21	148.461
Cacau (em amêndoa)	44.114	235		
Café (em coco)	1.300.241	3.674.138	38.571	729.516
Caqui	36	7.260	10.058	72.013
Coco-da-baía	35.200	16.291	29.733	22.170
Figo	13	4.538	53	16.271
Goiaba	4.590	7.754	4.387	51.738
Laranja	9.296	266.393	34.461	3.052.581
Limão	10.019	11.830	12.958	192.644
Maçã		1.592		1.348
Mamão	410.423	5.392	547	3.357
Manga	3.003	31.475	2.203	61.677
Maracujá	44.038	26.554	10.095	26.603
Noz (fruto seco)		153		537
Palmito	1.535	5.758	1.336	10.749
Pêra		1.037		4.480
Pêssego	144	42.278	20	52.402
Pimenta-do-reino	15.924			
Tangerina	5.071	46.160	14.107	173.444
Urucum (semente)	299	2.173	396	14.238
Uva	1.130	30.524		247.441

Fonte: IBGE (2007)

4 TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO GRÍCOLA DO SUDESTE

Frente ao perfil da região Sudeste apresentado faz-se necessário, para finalizar esta reflexão, analisar as tendências da produção agrícola neste contexto.

De acordo com Silva et al. (2007), a região Sudeste do Brasil é a região mais dinâmica do país tendo uma diversificação maior de sua pauta, composta, além de produtos do tipo *commodities* homogêneas, de produtos semimanufaturados e manufaturados, com alto valor agregado nos quatro estados que a compõem. Todavia, apesar da pujança do setor agropecuário na economia paulista, esse ocupa posição secundária em relação à indústria e aos serviços. O expressivo valor do

PIB do estado de São Paulo tem a economia centrada num poderoso parque industrial. Em 2004, segundo dados do IBGE, o estado de São Paulo teve o maior PIB do Brasil no setor da indústria de transformação, no valor de R\$130.201.961,78. Para possibilitar a comparação, o segundo maior PIB do Brasil nesse setor, no mesmo ano, foi do estado do Rio Grande do Sul com um valor 25,5% menor, ou seja, R\$33.226.821,88.

O aumento crescente da população urbana, e a formação de um poderoso mercado consumidor na área metropolitana de São Paulo possibilitaram o desenvolvimento de um importante parque industrial de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas. A mensuração do conjunto de empresas agroindustriais do estado de São Paulo foi obtida através da Pesquisa

da Atividade Econômica Paulista (Paep) realizada em 1997 pela Fundação Seade. Os resultados obtidos pela Paep (ano-base 1996) revelam que parte expressiva das atividades das empresas agroindustriais com sede em São Paulo ocorre em unidades localizadas fora do estado. Trata-se, no entanto, de um resultado plausível, quando se considera que a agroindústria processadora tem como estratégia a extensão de suas fontes de abastecimento de matéria-prima (e até mesmo a localização de plantas), em locais próximos das zonas produtoras de matérias-primas agropecuárias. Segundo a Paep, a agroindústria paulista era constituída de 3.584 unidades locais em 1996, que ocupavam diretamente 223.991 pessoas, geravam receita de cerca de R\$23 bilhões e um valor adicionado de quase R\$9 bilhões (MONTROYA & PARRÉ, 2000).

A Tabela 9 apresenta as diferenças básicas no processo de trabalho e certas especificidades das agroindústrias paulistas.

Uma característica da agroindústria do estado de São Paulo é a utilização de tecnologias de capital mais intenso. Conforme apresentado na Tabela 9, o ramo leite, por exemplo, tem elevada contribuição para o percentual da receita agroindustrial líquida, entretanto nota-se uma participação bem menor no percentual de pessoas ocupadas, o que faz transparecer um processo

de trabalho industrial que utiliza tecnologia de capital mais intensivo em substituição da mão de obra braçal. O segmento de carnes também merece destaque. Essa atividade compreende instalações modernas de abate de aves e bovinos, ao lado de muitos pequenos abatedouros tradicionais. As unidades agroindustriais modernas são responsáveis pelos bons indicadores de produtividade e pelos salários acima da média do conjunto de ramos agroindustriais aqui tratados (MONTROYA & PARRÉ, 2000). Ressalta-se que a economia mineira apresenta características de economia alimentar industrializada, considerando a participação da produção agropecuária de um terço do valor total do agronegócio (CRUZ et al., 2007).

Outro segmento significativo na região Sudeste é o do café. Apesar da região ser a maior produtora mundial nessa atividade agrícola, de tempos em tempos sua produção é superada no território nacional. No passado, as atividades de torrefação tinham parcela importante na manutenção da renda e do emprego, entretanto, os dados da Paep indicam a pequena importância que tem atualmente a agroindústria cafeeira na economia paulista, por exemplo. Conforme Rugani & Silveira (2006), a produção cafeeira possui uma estrutura competitiva e o produtor se depara com um oligopsonio, ou seja, os produtores brasileiros defrontam-se com um

TABELA 9 – SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES AGROINDUSTRIAIS, DAS PESSOAS OCUPADAS E DA RECEITA LÍQUIDA POR RAMOS AGROINDUSTRIAIS – 1996.

Ramos agroindustriais	% de Unidades Agroindustriais	% de Pessoas Ocupadas	% da Receita Líquida
Carnes	9,6	12,8	8,4
Sucos	2,8	4,7	6,1
Óleo Vegetal	1,2	1,5	4,5
Leite	25,1	9,0	17,7
Moagem de Cereais	11,4	6,6	9,0
Cana-de-açúcar	13,5	39,4	32,2
Café	6,0	2,0	1,8
Fibras Têxteis	3,2	2,2	0,8
Madeira e Celulose	6,4	2,2	0,5
Conservas, Fumo, Couros e demais	20,8	19,6	19,0
Total das Agroindústrias	100	100	100

Fonte: Fundação Seade - Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (Paep).

mercado em que a oferta é maior que a demanda.

Já o segmento de cana-de-açúcar chama atenção pela importância à contribuição porcentual do número de pessoas empregadas e pela receita líquida gerada à economia do Estado. De acordo com Yamamoto (2006), a formação da agroindústria canavieira está vinculada estreitamente com a expansão e crise do café, o qual proporcionou a formação e expansão de um novo capital financeiro e comercial e parte desse foi transferido para a produção e comercialização do açúcar.

Contudo, a produção sucroalcooleira vem sofrendo uma alteração na localização geográfica, com a expansão da produção em vários Estados, mas sem garantir melhoria no porcentual nacional, como é o caso do estado do Rio de Janeiro. Outros Estados e entre eles São Paulo configuram melhoria absoluta e relativa no setor (SHIKIDA, 1998). Nesse sentido, pode-se afirmar que o setor agrícola canavieiro, aliado ao setor de indústria e de serviços, tem forte tendência de crescimento na região Sudeste, principalmente pela forte expansão do mercado de álcool-etanol. O forte crescimento do mercado de álcool descortina novos horizontes para vários setores, não apenas os ligados à cadeia produtiva da cana, mas também na área dos bioprodutos, além do biocombustível (KARAM, 2007).

5 CONCLUSÃO

Objetivou-se, neste artigo, analisar o crescimento econômico agrícola e o perfil agrícola da região Sudeste do Brasil, entre os anos de 1995 e 2005. Esse período é marcado pelo alcance da estabilidade monetária e o crescimento da economia do Brasil, após o forte processo inflacionário que debilitava a economia brasileira desde o final dos anos 1980.

A região Sudeste do Brasil tem o maior Produto Interno Bruto – PIB nacional. O estado de São Paulo obteve o maior PIB no ano de 2004, perfazendo 56% do total da região. O processo de desenvolvimento econômico rural da região, considerando o PIB Agropecuário, foi crescente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, e centrado em produtos voltados ao mercado externo, com extensas áreas produtoras de cana-de-açúcar, soja e milho. Já nos estados do Rio de Janeiro

e Espírito Santo, houve decréscimo do PIB agropecuário.

Nos anos 90, com a dificuldade de acesso ao crédito, surgem configurações de novas rotinas às quais o setor agropecuário se submete, como o lançamento de sistemas de integração agroindustrial, com novas formas de captação de recursos financeiros. A política agrícola do governo federal revela critérios de seletividade na utilização dos instrumentos de financiamento, amparando o setor agrícola de base familiar. Entretanto, o Pronaf ainda não tem conseguido universalizar o acesso ao crédito, uma vez que há uma concentração dos recursos do Pronaf na região Sul do país (55%), ficando a região Sudeste com 15,3% do volume de crédito destinado à produção familiar. Esses reflexos são fortemente sentidos pelo setor agropecuário da região Sudeste, uma vez que esse está inserido, em sua maioria, nos processos modernos de produção. Os segmentos privados passam então a ocupar cada vez mais espaço no financiamento do custeio da agropecuária regional, desvinculado do apoio do Estado. Nesse novo sistema de financiamento, o objetivo é o atendimento à agricultura moderna (“eficiente”), muito presente na região Sudeste, fortemente integrada em encadeamentos agroindustriais.

O modelo de modernização agrícola implementado pelo Estado brasileiro, a partir da década de 1960, baseou-se no uso de força mecânica combinada e uso de insumos agroquímicos com o objetivo de aumentar a produtividade dos fatores de produção. Esse processo foi geograficamente generalizado, mas bastante significativo na região Sudeste. O aumento crescente da população urbana, e a formação de um poderoso mercado consumidor na área metropolitana de São Paulo possibilitaram o desenvolvimento de um importante parque industrial de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas. A abertura comercial e a consolidação dos blocos econômicos transformaram significativamente os padrões produtivos e de consumo dos produtos agroindustriais do país abrindo novos mercados aos produtos agropecuários da região Sudeste. Nos últimos anos, a forte expansão do mercado de álcool-etanol descortina novos horizontes para o crescimento e desenvolvimento da economia agrícola da região.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHA, C. J. C. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2002.
- BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: _____. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- BIANCHINI, V. O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural. São Paulo: REDCAPA, 2005.
- CRUZ, A. C.; TEIXEIRA, E. C.; GOMES, M. M. Composição do agronegócio no estado de Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007. CD-ROM.
- CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F. Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- FREITAS, C. A.; BACHA, C. J. C.; FOSSATTI, D. M. Avaliação do desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil: período de 1970 a 2000. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 111-124, abr. 2007.
- GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 62 p.
- IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados agregados SIDRA. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/>. Acesso em: 12 abr. 2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dados agregados IPEADATA. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2007.
- KARAM, M. Na onda do etanol. Observatório da Indústria, Curitiba, ano 3, n. 18, p. 42-46, jun. 2007.
- LIMA, J. F. de; PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R. Ciclos de produção intensiva e extensiva na agricultura brasileira e seus impactos na ocupação da mão-de-obra agrícola (1960-2000). **Canadian Journal of Latin and Caribbean Studies**, Toronto, v. 30, n. 60, p. 93-116, 2005.
- MATTEI, L. Impactos do Pronaf: análise de indicadores. Brasília: MDA/NEAD, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2007.
- MONTOYA, M. A.; PARRÉ, J. L. O agronegócio brasileiro no final do século XX: realidade e perspectiva regional e internacional. Passo Fundo: UPF, 2000. v. 2.
- PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de; ALVES, L. R. O consumo de energia e a estrutura de produção agropecuária nas Regiões norte e sul de Minas Gerais em 1980. Estudos do CEPE, Recife, n. 23, p. 81-101, jan./jun. 2006.
- RUGANI, F. L.; SILVEIRA, S. R. Análise de risco para o café em Minas Gerais. Revista de Economia e Agronegócio, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 343-353, jul./set. 2006.
- SHIKIDA, P. F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

- SILVA, A. G.; ABREU, E. A. P.; ANGELO, L. C. Nordeste versus Sudeste: uma análise agregada e comparativa do comércio internacional como subsídios para o crescimento econômico. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007. CD-ROM.
- SPEROTTO, L.; SOUZA, N. J. O desenvolvimento econômico da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, 199/2000. **Estudos do CEPE**, Recife, n. 22, p. 107-130, jul./dez. 2005.
- STULP, V. J.; STULP, V. J.; MATTUELLA, J. L. Rentabilidade da agricultura do sul do país e a abertura ao mercado internacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 30., 1992, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 1992. p. 255-266.
- ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. Economia & gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.